



**ESCRAVO  
NEM PENSAR!**

no município de São Paulo • 2018 / 2019



**REPÓRTER BRASIL**

**Organização de Comunicação  
e Projetos Sociais**

**Presidente:** Leonardo Sakamoto

**Diretoria:** Claudia Carmello Cruz (Primeira-Secretária), Iberê Francisco Thenório (Comunicação), Paula Monteiro Takada (Projetos Sociais), Maurício Eraclito Monteiro Filho (Pedagogia) e Rodrigo Pelegrini Ratier (Marketing)

**Conselho fiscal:** Beatriz Costa Barbosa, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva e Spensy Kmitta Pimentel

**Coordenadores de programas:** Ana Magalhães (Agência de Notícias), Marcel Gomes (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis) e Natália Suzuki (Escravo, nem pensar!)

**Departamento administrativo-financeiro:** Marta Santana (coordenadora), Juliana Furhmann (assistente financeira) e Marília Ramos (assistente administrativa)

**EQUIPE DO PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR!**

Natália Suzuki (coordenadora), Thiago Casteli (assessor de projeto), Maíra Costa (analista de projetos) e Rodrigo Teruel (assistente de projeto)

**ES CRAVO, NEM PENSAR! NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 2018/2019**

**Texto:** Maíra Costa

**Pesquisa:** Thiago Casteli e Maíra Costa

**Edição:** Natália Suzuki

**Projeto gráfico e diagramação:** Paulica Santos

**Fotos:** Alice Vergueiro/ Repórter Brasil, Mariana Chama/ Repórter Brasil e escolas participantes do projeto.

**Realização:** Repórter Brasil, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo

**Apoio:** Laudes Foundation

**Parceria:** Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE/SP)

**Tiragem:** 2 mil unidades

**Impressão:** As produções do programa Escravo, nem pensar! estão protegidas pelos artigos 29 e 46 da Lei nº 9.610/1998, que dispõe sobre os direitos autorais no Brasil.

## SOBRE O ENP!

Coordenado pela ONG Repórter Brasil\*, o programa Escravo, nem pensar! (ENP!) é o primeiro programa educacional de combate ao trabalho escravo a atuar em âmbito nacional. Desde 2004, previne comunidades socioeconomicamente vulneráveis de violações de direitos humanos, como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Seus projetos já alcançaram 465 municípios em onze estados brasileiros e beneficiaram mais de 1,3 milhão de pessoas. O programa foi incluído nominalmente na segunda edição do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e consta como meta ou ação de planos estaduais, como os da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro e Tocantins.

## \*SOBRE A REPÓRTER BRASIL

A Repórter Brasil, fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores, é reconhecida como uma das principais fontes de informação sobre trabalho escravo no país. O seu objetivo é estimular a reflexão e a ação sobre as violações aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias têm sido usadas como instrumentos por lideranças do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial em iniciativas de combate à escravidão contemporânea, que afeta milhares de brasileiros.

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Repórter Brasil

Escravo, nem pensar! no município de São Paulo 2018/2019/  
Natália Suzuki (org.); Equipe 'Escravo, nem pensar'. – São Paulo, 2020.

48 p.: 17,5 x 25 il.

ISBN 978-85-61252-40-3

1. Educação. 2. Direitos Humanos 3.

Trabalho escravo.

I. Título.

CDD 371.12



# APRESENTAÇÃO

O programa Escravo, nem pensar! (ENP!) atua em São Paulo desde 2016, quando fez a sua primeira formação para a rede pública de educadores do município. De lá para cá, muita coisa mudou. À época, o poder público começava a perceber a existência de comunidades diversas de imigrantes na cidade, cada qual com demandas e históricos distintos.

Atualmente, avançou-se com a compreensão de que essas comunidades têm o direito de acessar os inúmeros serviços públicos da cidade, o que incluiu educação e aqueles socioassistenciais. A partir disso, o Estado e a sociedade civil têm elaborado formas mais orgânicas de incluir a pauta da imigração na formulação e na execução de políticas públicas municipais. Dentre essas políticas, há aquelas dedicadas à erradicação ao trabalho escravo.

Mas o que o trabalho escravo tem a ver com a imigração? Em grande medida, a estruturação da vida de um imigrante depende de um trabalho para garantir a sua subsistência e, muitas vezes, a de sua família. Enquanto isso não acontece, a sua condição é uma perigosa berlinda de vulnerabilidade que o torna suscetível a relações de exploração, como o trabalho escravo. Por isso, infelizmente, a migração e o trabalho escravo acabam se tornando dinâmicas correlatas, ainda que a primeira seja um direito e o segundo, uma violação de direitos humanos.

Diante desse contexto, o Escravo, nem pensar! considera fundamental criar redes de proteção ao trabalhador e à trabalhadora migrante, e isso requer a atuação do poder público, em articulação com a sociedade civil, por meio de áreas estratégicas, como a Educação e a Assistência Social. O Plano Municipal para Erradicação do Trabalho Escravo de São Paulo, por exemplo, atribuiu à Secretaria da Educação ações dedicadas à prevenção do problema e à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, medidas de assistência a vítimas.

Com o intuito de qualificar o atendimento dos profissionais dessas áreas, o Escravo, nem pensar! realizou, entre 2018 e 2019, ciclos formativos para a sensibilizá-los e capacitá-los acerca dos temas da imigração e do trabalho escravo. Nas próximas páginas, apresentamos algumas das ações desenvolvidas no âmbito desse projeto, que contou com o apoio do Instituto C&A, hoje, Laudes Foundation.

Boa leitura!

**NATÁLIA SUZUKI**

Coordenadora do programa Escravo, nem pensar!  
ONG Repórter Brasil

# SUMÁRIO

<b>1. Migração internacional em São Paulo</b> .....	<b>08</b>
<b>2. Trabalho escravo e migração</b> .....	<b>10</b>
<b>3. Programa Escravo, nem pensar! no município de São Paulo 2018/2019</b> .....	<b>12</b>
3.1 Ficha técnica.....	16
3.2 Conquistas .....	19
<b>4. Experiências educacionais</b> .....	<b>22</b>
4.1 Escola aberta para famílias migrantes.....	22
4.2 Multiculturalidade na infância.....	27
4.3 Transformações institucionais.....	31
4.4 Abordagens didáticas em sala de aula.....	33
4.5 Educação em Libras.....	34
4.6 Atendimento social na escola .....	35
<b>5. Experiências da Assistência Social</b> .....	<b>38</b>
5.1 Mobilização da rede territorial .....	38
5.2 Mapeamento do atendimento à população migrante.....	39
5.3 Engajamento de serviços especializados.....	40
5.4 Inclusão da marcação de trabalho escravo no sistema de atendimento.....	41
<b>6. Experiências de articulação territorial</b> .....	<b>42</b>
Ativação de rede local.....	43
<b>7. Audiovisual</b> .....	<b>46</b>
<b>Rede ENP! de prevenção ao trabalho escravo no Brasil</b> .....	<b>47</b>
<b>Saiba mais sobre trabalho escravo</b> .....	<b>47</b>



## GLOSSÁRIO

**CCA:** Centro para Crianças e Adolescentes  
**CCInter:** Centro de Convivência Intergeracional  
**CEI:** Centro de Educação Infantil  
**Centro POP:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua  
**CIEJA:** Centro de Integração de Educação de Jovens e Adultos  
**COMTRAE:** Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo  
**CPMig:** Coordenação de Políticas para Migrantes  
**CPSB:** Coordenadoria da Proteção Social Básica  
**CPSE:** Coordenadoria da Proteção Social Especial  
**CRAI:** Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes  
**CRAS:** Centro de Referência de Assistência Social  
**CREAS:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
**DRE:** Diretoria Regional de Educação  
**EMEBs:** Escola Municipal de Educação Bilingue para Surdos  
**EMEF:** Escola Municipal de Ensino Fundamental  
**EMEI:** Escola Municipal de Ensino Infantil  
**ENP!:** Escravo, nem pensar!  
**SAS:** Supervisão de Assistência Social  
**SMADS:** Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social  
**SMDHC:** Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania  
**SME:** Secretaria Municipal de Educação

A fim contextualizar o leitor ainda não familiarizado com a estrutura da rede socioassistencial, inserimos breves explicações sobre as unidades da Assistência Social que atuam no atendimento aos usuários:

**CRAS:** O Centro de Referência de Assistência Social é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. O seu público são famílias e indivíduos em situação grave de desproteção, pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros. (Com informações de <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>)

**CREAS:** O Centro de Referência Especializado de Assistência Social é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados, diferentemente do CRAS em que os usuários não se encontram nessas condições apesar da sua vulnerabilidade social. Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, no CREAS também se oferece informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estimula a mobilização comunitária. (Com informações de <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>)

**Serviços especializados da rede socioassistencial:** São unidades responsáveis por desenvolver trabalhos de acolhimento, convívio, educação e proteção de direitos para a população vulnerável, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, ofertando modalidades de atividades para públicos de faixas etárias, gêneros e perfis sociais distintos, como centros de convivência de adolescentes, abrigo para homens em situação de rua, programa de reinserção social para jovens infratores etc. Parte desses serviços é gerenciada diretamente pela prefeitura ou podem ser administradas por organizações não governamentais conveniadas com o poder público.

# MIGRAÇÃO INTERNACIONAL EM SÃO PAULO

Pessoas do mundo todo chegam a São Paulo. Há muitas décadas, a cidade já conta com comunidades de migrantes de países latino-americanos, como Bolívia, Paraguai e Peru e, mais recentemente, temos recebido pessoas do Haiti e de países do continente africano, como Angola, República Democrática do Congo e Senegal, e também do Oriente Médio. As razões para a saída de suas terras natais variam – fome, guerra, perseguição política, violência de gênero, desastre natural –, mas a necessidade de reestruturação de vida se torna comum a elas quando chegam aqui. Neste contexto, a busca por trabalho é um dos elementos centrais dessa nova etapa.

Contudo, mulheres, homens ou famílias inteiras podem encontrar dificuldades para concretizarem esse projeto de vida. Por não conhecerem as leis e seus direitos no Brasil, enfrentarem barreiras linguísticas e, muitas vezes, encontrarem-se em situação de irregularidade migratória, estas pessoas tornam-se mais suscetíveis a casos exploração e de discriminação.


Por outro lado, o Estado deve assumir uma postura de acolhimento dessas pessoas, reconhecendo que elas são sujeito de direitos e que apresentam necessidades específicas justamente por serem imigrantes. Uma das formas de integração dessa população é por meio da garantia ao acesso a serviços públicos nas áreas da saúde, educação e assistência social, o que implica investir na capacitação e aprimoramento de suas burocracias, responsáveis pela elaboração de políticas públicas e pelo atendimento direto das comunidades.

Na esfera educacional, por exemplo, a escola tem potencial de promover a diversidade cultural e o respeito ao próximo, incidindo diretamente no

combate à xenofobia e outras formas de discriminação. Para as famílias migrantes, esta instituição pode representar um espaço de sociabilidade, apoio e acesso à informação sobre seus direitos.

A Assistência Social é outra área significativa para a efetivação de seus direitos por ter o papel de assegurar as garantias sociais básicas de pessoas em situação de vulnerabilidade e buscar restabelecer os direitos daquelas que sofrem violações.

Obviamente, as políticas pautadas por uma perspectiva do direito à migração traz demandas e desafios ao poder público, que já se iniciam no momento do atendimento ao público migrante por causa da barreira linguística, um entrave à comunicação. Ademais, muitos servidores não detêm informação aprofundada sobre os direitos e as demandas das comunidades imigrantes. A ausência de um olhar atento às particularidades das famílias migrantes e o desconhecimento de suas trajetórias e condições de vida em São Paulo impedem a identificação de situações de violação às quais este grupo pode estar vulnerável. Dentre elas, destaca-se a submissão ao trabalho escravo, como veremos nas próximas páginas.



*“Não somos iguais em origens, somos iguais como pessoas, temos os mesmos direitos (...) Não podemos aceitar nenhuma diferença de tratamento.”*

**ESTER PEDROSO,**  
Diretora da EMEF Fábio Prado

*“O SUAS [Sistema Único da Assistência Social] é um sistema de atendimento de assistência social para quem dele necessitar, independente de raça, cor, nacionalidade. É para o ser humano.”*

**ROSA MARIA TELIS,**  
Supervisora de Assistência Social de Perus



## TRABALHO ESCRAVO E MIGRAÇÃO

A busca por trabalho é o ponto de partida para a sobrevivência e para a integração dos migrantes na sociedade brasileira. Entretanto num cenário de crise econômica e retrocessos da legislação trabalhista, encontrar um emprego em conformidade com o conceito de “trabalho decente”, estipulado pela Organização Internacional do Trabalho, não é trivial mesmo para cidadãos nacionais.

No caso de imigrantes, a situação é potencialmente mais difícil por não dominarem completamente a língua, não terem a formação profissional reconhecida, desconhecerem a legislação trabalhista e, até mesmo, enfrentarem a xenofobia e o racismo.

Por raramente terem uma rede de apoio e precisarem com urgência de uma fonte de renda para o seu sustento e de suas famílias, as quais muitas vezes estão ainda nos países de origem, a perversa lógica de que “algum trabalho é melhor do que nenhum” recai sobre suas realidades. Desse modo, tornam-se mais suscetíveis à exploração laboral, que pode assumir situações extremas de violação, como as de trabalho escravo contemporâneo.

No município de São Paulo, entre 1995 e 2018, 561 trabalhadores foram resgatados desta situação<sup>1</sup>. Os casos ocorreram nas atividades como comércio, construção civil e confecção têxtil. Esta última, com predominância quase total de vítimas vindos da Bolívia, Paraguai e Peru.

### >>> Políticas municipais

Desde 2013, existe a Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE/SP), que congrega representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil dedicados ao combate ao trabalho escravo. São Paulo é o único município que conta com um plano municipal para erradicação do problema.

A cidade de São Paulo conta também com a Política Municipal para a População Imigrante, aprovada em 2016, elaborada para fortalecer os princípios de igualdade entre imigrantes e brasileiros e que, por sua vez, inclui medidas para a promoção de trabalho decente.

1. Fonte: Subsecretaria da Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia.

### >>> TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Em todo Brasil cerca de 54 mil trabalhadores foram resgatados de situações análogas a escravidão, em atividades nas zonas rural e urbana, desde o início das ações de repressão, no ano de 1995. O trabalho escravo é um crime previsto no artigo 149<sup>2</sup> do Código Penal Brasileiro. Sua caracterização se dá com a presença de um ou mais elementos listados a seguir:

- **Trabalho forçado**  
O indivíduo é impossibilitado de deixar o local de trabalho, devido à retenção de documentação de salário, à ameaça física e pressão psicológica ou ao isolamento geográfico;
- **Jornada exaustiva**  
Ocorre quando o tempo de descanso é insuficiente para o trabalhador repor suas energias; a sobrecarga de trabalho é tamanha que pode causar risco à saúde ou até mesmo à vida do trabalhador;
- **Servidão por dívida**  
Os trabalhadores são obrigados a trabalhar para quitar dívidas produzidas ilegalmente pelo empregador. As dívidas são referentes a gastos com transporte, hospedagem e alimentação;
- **Condições degradantes**  
Conjunto de irregularidades trabalhistas que demonstra a precariedade vivida pelos trabalhadores, como alojamento e alimentação insalubres, falta de saneamento básico e de higiene e falta de assistência médica.

### 2. O artigo 149 do Código Penal determina o que é o crime de trabalho escravo e a pena para quem o pratica, segundo o seu texto:

“Reduzir alguém à condição análoga a de escravo, quer submetendo a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, quer sujeitando a condições degradantes de trabalho, quer restringindo por qualquer meio a sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

Pena: reclusão de 2 a 8 anos e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador com o fim de retê-lo no local de trabalho. II – Mantém vigilância ostensiva no local de trabalho, ou se apodera de objetos os documentos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho

§ 2º A pena é aumentada até a metade se o crime é cometido: I – contra criança ou adolescente; II – Por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.



## PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR! NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 2018/2019

Diante do contexto apresentado, a Repórter Brasil elaborou o projeto *Escravo, nem pensar! - Direito do migrante e prevenção ao trabalho escravo e infantil*, dedicado à formação de educadores e assistentes sociais da rede pública do município de São Paulo. O objetivo foi a prevenção do trabalho escravo e do trabalho infantil de grupos vulneráveis a essas violações, como muitas comunidades de imigrantes do município.

Esse trabalho preventivo com as redes públicas de Educação e da Assistência Social se deve ao fato de essas áreas terem capacidade de intervenção social e atenderem diretamente o público migrante.

Para além da responsabilidade de educação formal, a escola é um espaço de sociabilidade, capaz de corroborar com a integração de imigrantes com os brasileiros. Quando aberta ao diálogo multicultural e capacitada sobre questões como os direitos trabalhistas, ela se torna referência de informações e encaminhamento na comunidade. Por sua vez, o atendimento qualificado da Assistência Social é decisivo para a garantia de direitos de imigrantes a partir do encaminhamento adequado de suas diversas e específicas demandas, como a regularização

migratória. A área possui também um papel importante no momento posterior ao resgate dos trabalhadores escravizados, os quais têm direito ao atendimento para a inclusão de programas sociais e encaminhamento a serviços especializados, como o acolhimento.

Diante disso, é fundamental que a formação de educadores e profissionais da Assistência Social para que se apropriem dos temas da migração, trabalho escravo e assuntos correlatos, como trabalho infantil e tráfico de pessoas, e estejam atentos para identificar situações de violações contra essa população e encaminhar os casos devidamente à rede de combate ao trabalho escravo, formada por órgãos do poder público e organizações da sociedade civil. Foi essa premissa que orientou o projeto do ENPI, entre 2018 e 2019 no município de São Paulo, realizado em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e de Assistência Social e que contou com o apoio da Laudes Foundation, antigo Instituto C&A.



“A formação e os materiais sugeridos pela equipe ENPI foram fundamentais para mudar a prática na escola e chamar a atenção para o tema. Inclusive, os encontros trouxeram novas reflexões e ideias para ampliar os projetos que a escola vinha desenvolvendo.”

**LUCIANA NORBERTO,**  
Assistente de direção da EMEI Profª. Odilea Botta de Mattos

“Essa formação possibilitou a discussão sobre esta temática [migração e trabalho escravo], que até então era invisível no território, não do ponto de vista da demanda que chega no cotidiano, mas em relação ao olhar aprofundado e estratégico de intervenção junto a esta população.”

**LUANA ALEIXO DOS SANTOS,**  
Analista de assistência e desenvolvimento social do CREAS Cidade Tiradentes

### IMIGRANTES NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

#### Número de estudantes imigrantes matriculados na rede municipal de Educação

POSIÇÃO	DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO (DRE)	QUANTIDADE DE ESTUDANTES
1	Penha	1371
2	Jaçanã/Tremembé	1040
3	Pirituba	667
4	Ipiranga	503
5	Freguesia do Ó/Brasilândia	427
6	Itaquera	357
7	São Miguel Paulista	201
8	São Mateus	195
9	Guaianazes	167
10	Campo Limpo	125
11	Butantã	93
12	Capela do Socorro	80
13	Santo Amaro	64
	<b>Total</b>	<b>5290</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação/SP - jun/2018

## Número de imigrantes registrados no CadÚnico<sup>3</sup> por prefeitura regional de São Paulo

POSIÇÃO	PREFEITURA REGIONAL	MIGRANTES CADASTRADOS
1	Sé	4.433
2	Mooca	2.159
3	Penha	1.707
4	Itaquera	989
5	Vila Maria- Vila Guilherme	983
6	Guaianases	671
7	São Mateus	620
8	Casa verde - Cachoeirinha	595
9	Capela do Socorro	459
10	Santana- Tucuruvi	432
11	São Miguel	385
12	Ermelino Matarazzo	370
13	Vila Prudente- Sapopemba	366
14	Freguesia- Brasilândia	350
15	Butantã	315
16	Campo Limpo	300
17	Ipiranga	271
18	M'boi Mirim	252
19	Jaçanã- Tremembe	302
20	Vila Mariana	236
21	Itaim Paulista	235
22	Aricanduva- Formosa- Carrão	226
23	Pirituba	223
24	Cid. Tiradentes	201
25	Cid. Ademar	199
26	Santo amaro	180
27	Jabaquara	164
28	Perus	156
29	Lapa	135
30	Pinheiros	114
31	Parelheiros	45
	<b>TOTAL</b>	<b>18.073</b>

Fonte: Base CadÚnico Abril de 2017 - Elaboração: SMADS/CGB/TI

3. O Cadastro Único (CadÚnico) é o sistema de gerenciamento e concessão dos programas sociais do governo federal. Por meio dele, os cidadãos que preenchem os requisitos socioeconômicos podem se tornar beneficiários do Programa Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, entre outros.

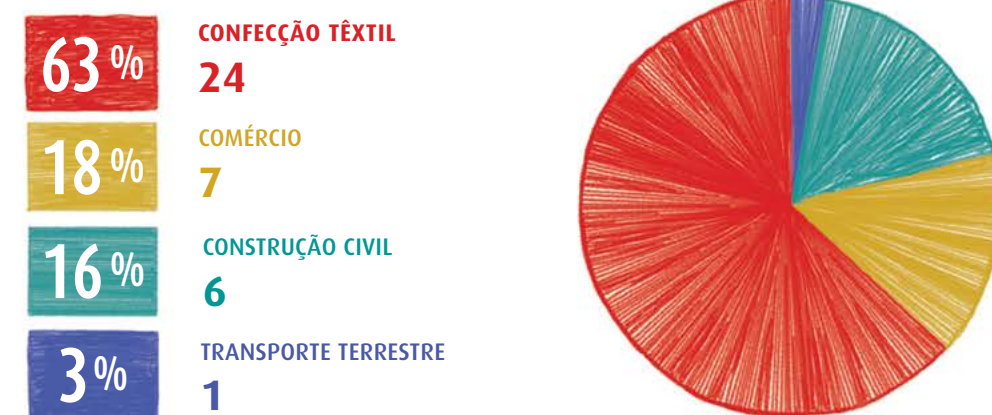
## SETORES ECONÔMICOS COM CASOS DE TRABALHO ESCRAVO

NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO ENTRE 1995 E 2018

### Nº DE TRABALHADORES RESGATADOS



### Nº DE CASOS DE TRABALHO ESCRAVO



Fonte: Subsecretaria da Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia



## 3.1 FICHA TÉCNICA

### OBJETIVO GERAL

Prevenir comunidades imigrantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, suscetíveis a violações de direitos humanos como o trabalho escravo.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Sensibilizar e capacitar profissionais da Educação e da Assistência Social sobre as demandas e os direitos de comunidades imigrantes no município de São Paulo, bem como os riscos do trabalho escravo e outras violações a que elas podem estar expostas.
- Ampliar e aprimorar o atendimento à população imigrante do município de São Paulo em serviços básicos da rede pública, como em escolas e unidades socioassistenciais.
- Possibilitar a articulação de organizações da sociedade civil e instituições do poder público para identificação de casos e atendimento mais eficaz do imigrante em situação de vulnerabilidade ou de violação, como o trabalho escravo.

### PÚBLICO

Coordenadores pedagógicos e professores de escolas municipais e profissionais da Assistência Social que atuam em bairros com presença expressiva de comunidades de imigrantes.

### PERÍODO

Janeiro de 2018 a dezembro de 2019.

### METODOLOGIA

A metodologia deste projeto é dedicada à formação dos profissionais de Educação e da Assistência Social para que se tornem agentes multiplicadores dos temas da migração, trabalho escravo e trabalho infantil nas escolas e nas unidades socioassistenciais. O intuito é fazer com que esse conteúdo seja disseminado para outros profissionais dessas áreas, ampliando e aprimorando o atendimento às comunidades, principalmente aquelas de imigrantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para tal, ao longo dos anos de 2018 e 2019, a equipe do programa Escravo, nem pensar! realizou formações presenciais para os educadores e os profissionais da Assistência Social sobre os temas da migração e do trabalho escravo e outras questões correlatas. Nesses encontros, estiveram presentes representantes de instituições do poder público (Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo, Defensoria Pública da União, Ministério Público do Trabalho e Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania) e de entidades da sociedade civil (CAMI e Missão Paz), que compartilharam seus conhecimentos e suas experiências no combate ao trabalho escravo no município de São Paulo. Durante esse período, o ENP! assessorou, fornecendo materiais didáticos e metodologia pedagógica, os educadores e os assistentes sociais em todas as suas atividades referentes a esse projeto. Os organogramas a seguir ilustram esse processo:





### 3.2 CONQUISTAS



\* Na categoria "educadores" estão incluídos os coordenadores pedagógicos, diretores e professores envolvidos direta ou indiretamente nas atividades do projeto.



*"[...] O entendimento sobre o trabalho escravo aproxima a escola da comunidade e juntas ampliam conhecimentos e ajudam na promoção da cidadania responsável, a partir da conscientização sobre direitos."*

**VERA LÚCIA BENEDITO,**  
Coordenadora do Núcleo de Educação Étnico Racial da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SP)





*“O Projeto Escravo, nem Pensar! [...] trouxe a oportunidade aos técnicos da SMADS, dos CRAS, CREAS e Centro Pop de refletir sobre a questão dos migrantes internacionais e aprimorar o olhar dos profissionais da assistência social, a fim de prevenir o trabalho escravo contemporâneo e realizar um atendimento humanizado às vítimas na rede de serviços socioassistenciais.”*

**FÁTIMA DE JESUS TEIXEIRA E SUELI DE PAULA SANTOS,**  
Técnicas da Coordenação de Proteção Social Básica da SMADS



4. O Centro Pop é um serviço da prefeitura dedicado ao abrigo de pessoas em situação de rua.  
5. O SAS são estruturas administrativas da SMASDH, responsáveis pela administração da rede socioassistencial em cada um dos territórios do município.  
6. Os serviços especializados, como o abrigo, são oferecidos por organizações privadas, conveniadas à prefeitura e que, portanto, compõem à rede socioassistencial do município.



*“Sabemos que o trabalho análogo à escravidão ainda é uma realidade no Brasil e no mundo e uma das frentes do Instituto C&A é atuar para reverter esse cenário. O Escravo, nem pensar!, desenvolvido pela Repórter Brasil e já implementado em diversos estados brasileiros, é uma iniciativa de prevenção importante e muito necessária, e vem exatamente ao encontro do nosso trabalho. Nesta parceria, o projeto implementado entre 2018/2019, em São Paulo, possibilitou olhar para as especificidades da população migrante residente na cidade e não apenas engajar a rede de ensino, alunos e professores, como também sensibilizar e qualificar a Assistência Social para maior compreensão sobre a realidade dessa população e suas vulnerabilidades. Nosso objetivo é unir forças com organizações que lutam para reverter esse cenário.”*

**LUCIANA CAMPELLO,**  
Gerente do Programa Direitos e Trabalho da Laudes Foundation  
(antigo Instituto C&A).





## EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS

Durante a formação, os coordenadores pedagógicos e professores das escolas, têm contato com diversas ações pedagógicas implementadas ao longo dos 15 anos de vigência do programa ENP!. Esse conteúdo somado às suas experiências e à construção coletiva com o restante da equipe escolar são o ponto de partida para a adaptação e a elaboração de novas práticas educativas sobre trabalho escravo e migração, com diferentes linguagens e metodologias de acordo com seus próprios contextos. Nas páginas seguintes, apresentamos algumas das experiências pedagógicas colocadas em prática durante o projeto.

### 4.1 ESCOLA ABERTA PARA FAMÍLIAS MIGRANTES

- EMEI Mary Buarque, Tatuapé, Zona Leste (DRE Penha)
- EMEI Prof.<sup>a</sup> Ana Rosa de Araújo, Vila Mariana, Zona Sul (DRE Ipiranga)

Com o objetivo de aproximar as famílias migrantes da escola, as EMEIs Mary Buarque e Prof.<sup>a</sup> Ana Rosa de Araújo utilizaram a mesma estratégia: convidaram-nas para uma **roda de conversa**. Como as duas escolas atendem crianças de 4 e 5 anos, o fio condutor dos encontros foi a infância.

Na EMEI Mary Buarque, a equipe escolar realizou um encontro com pais e mães dos estudantes num sábado para intercâmbio cultural. Na ocasião, os educadoras **conheceram os jogos e cantigas de infância da Bolívia e do Peru** e elas, por sua vez, apresentaram as brincadeiras brasileiras aos pais. Com essa troca, as professoras levaram o que aprenderam para a sala de aula. Já os familiares, convidados a falar sobre seus costumes para as crianças, decidiram levar a comida típica de seus países em uma tarde de degustação para toda a escola. Os estudantes provaram *chuño* (batata preta da Bolívia), *mazamorra morada* (sobremesa peruana feita a base de milho) e *mocochinchi* (bebida boliviana, suco de pê-sego desidratado). As atividades contribuíram para valorizar a cultura dos países andinos e estimularam a proatividade dos familiares que se dispuseram a interagir com as crianças.

“As próprias crianças falaram ‘ai, que legal que sua mãe veio aqui’. Tinha criança que falou que já conhecia a comida, que tinha comido em casa... As crianças adoraram!” Marcella Chaves, coordenadora pedagógica da EMEI Mary Buarque.



Famílias bolivianas oferecem mocochinchi às crianças para falar da cultura de seu país

EMEI Mary Buarque



Estudantes conhecem o maíz morado, usado para fazer a sobremesa peruana mazamorra morada.

EMEI Mary Buarque

A roda de conversa com familiares migrantes teve outros desdobramentos na EMEI Prof.<sup>a</sup> Ana Rosa. No encontro que contou com a presença de 12 familiares, foram narradas as trajetórias de migração de cada um. "A gente observou que as famílias tinham uma necessidade muito grande de contar de si. Ao contrário do que a gente imaginava, né? [Antes], eles silenciavam porque não tinham esse espaço", contou a coordenadora pedagógica da escola, Cristiane Magen. Na ocasião, foi solicitado às famílias que emprestassem livros ou objetos típicos de seus países para serem compartilhados com as crianças em sala de aula. A proposta foi uma forma de ter outras culturas reconhecidas no espaço educativo. Também como decorrência do encontro, os educadores decidiram fazer aulas de espanhol, que foram lecionadas pelo Abraço Cultural, uma ONG dedicada ao ensino de língua por imigrantes refugiados, para que a comunicação entre a escola e os pais pudesse fluir melhor e se fortalecer.



Educadoras proporcionam espaço de escuta das famílias migrantes  
EMEI Prof.<sup>a</sup> Ana Rosa



Além dessa atividade com os pais, em setembro de 2019, as educadoras da EMEI Prof.<sup>a</sup> Ana Rosa fizeram uma peça teatral sobre trabalho escravo nas oficinas de costura para as crianças. A encenação retratou um pai que deixa seu país em busca de sustento para sua família e, iludido por falsas promessas, acaba em uma oficina de costura em São Paulo. As crianças acompanharam atentamente o desenrolar da história, que teve final feliz com o resgate do trabalhador e seu reencontro os parentes. Os familiares das crianças souberam das atividades por meio do blog da escola:

<https://emeianarosadearaujo.wordpress.com/>.



Professoras encenam a travessia de ônibus de La Paz a São Paulo  
EMEI Prof.<sup>a</sup> Ana Rosa

Foto: Mariana Chama/ Repórter Brasil

## 4.2 MULTICULTURALIDADE NA INFÂNCIA

- CEI Edna Rosely Alves, Jardim Coimbra, Zona Leste (DRE Penha)
- CEI Maria Henriqueta Catite, Vila Maria, Zona Norte (DRE Jaçanã/Tremembé)

Os Centros de Educação Infantil (CEI) são unidades escolares que atendem crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. No projeto ENP! dois deles elaboraram atividades que envolveram todos os familiares, migrantes e brasileiros, e as crianças de cada unidade: O CEI Edna Rosely Alves, que tem um público variado de migrantes, com famílias vindas da Angola, Congo, Bolívia, Marrocos, Japão e Itália; e o CEI Maria Henriqueta Catite, localizado na Vila Maria, bairro de São Paulo com alta concentração de migrantes bolivianos.

Na primeira escola, foi organizado um dia aberto à comunidade com atividades voltadas à valorização da diversidade cultural. Dentre elas, destaca-se o mapa-múndi interativo, exposto no corredor, para que os familiares indicassem seus locais de origem. A ideia se mostrou uma maneira dinâmica de pesquisar as origens familiares dos estudantes. A equipe docente também convidou uma mãe angolana para cantar uma canção de ninar de sua região para as crianças, de forma a envolver familiares migrantes no cotidiano da escola.

Foto: Mariana Chama/ Repórter Brasil



Escola apresenta condições de trabalho em oficinas de costura

EMEI Prof.ª Ana Rosa

*“A contemporaneidade das questões relativas aos fluxos migratórios no mundo, bem como as transformações sobre o mercado de trabalho, impactam no perfil da população das escolas. Para os educadores, é muito importante a informação qualificada sobre tais assuntos [...], colaborando para um processo educativo inclusivo diante da diversidade cultural e étnica de nossa cidade e para a luta contra as condições de trabalho e vida análogas à escravidão.”*

**CRISTIANE MAGEN,**  
Coordenadora pedagógica da EMEI Prof.ª Ana Rosa



Familiares de diferentes países indicam seus locais de nascimento

CEI Edna Rosely Alves

No CEI Maria Henriqueta Catite, a coordenadora pedagógica Cristiane Almeida propôs o desenvolvimento do projeto “Acolhimento às crianças em situação migratória”. Para isso, nos encontros de formação docente, as educadoras produziram bonecas multiétnicas, feitas de feltro e com retalhos doados pelas famílias de alunos imigrantes, as quais trabalham na costura. A criação das bonecas foi um bom pretexto para as educadoras estudarem os costumes das populações imigrantes que vivem em São Paulo. Esta iniciativa foi inscrita no 7º Prêmio Municipal Educação em Direitos Humanos. Ainda com a utilização do tecido feltro, a escola fez uma releitura do fascículo *Ciclo do Trabalho Escravo Contemporâneo* do ENP!, transformando-o em um livro.

Posteriormente, foi organizado no sábado um evento para os pais e as crianças. A coordenadora abriu a programação com uma palestra para os familiares, com objetivo de romper os estigmas direcionados à população migrante. Neste dia, as professoras realizaram, para as crianças e as suas famílias, oficinas de contação de história e de confecção de bonecas Abayomi, cuja origem está relacionada à escravidão colonial.

Tais ações contribuíram para as escolas se tornarem de valorização cultural e de promoção de relações respeitadas entre as diferentes famílias e as crianças.

*“Depois do evento, pais escreveram na agenda das crianças contando histórias de migração da família que a escola desconhecia.”*

**CRISTIANE ALMEIDA,**  
Coordenadora do CEI Maria Henriqueta Catite



Diferentes culturas orientam a confecção das bonecas multiétnicas  
CEI Maria Henriqueta Catite

Foto: Alice Vergueiro/ Repórter Brasil



Releitura do fascículo do Escravo, nem pensar!  
CEI Maria Henriqueta Catite

Foto: Alice Vergueiro/ Repórter Brasil



Etapas do ciclo do trabalho escravo contemporâneo  
CEI Maria Henriqueta Catite

Foto: Alice Vergueiro/ Repórter Brasil

## 4.3 TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

- **EMEI Prof<sup>a</sup>. Odilea Botta de Mattos, Vila São José, Zonal Sul (DRE Capela do Socorro)**

Todos os estudantes que entram na escola passam pela secretaria. Por isso, a EMEI Odilea realizou uma formação sobre a temática migratória com profissionais administrativos da escola, com o objetivo de qualificar o atendimento ao público migrante. Deste encontro, uma das medidas adotadas foi a de inserir o espanhol e o árabe no mural de informações para acolher melhor os migrantes que chegam ali.

A partir desta formação foi sugerida uma visita à ONG Casa Esperança, que acolhe refugiados e está localizada nas proximidades da escola. A sugestão partiu da secretária, que conheceu a organização por meio da mãe de um aluno, ambos de Serra Leoa. “Achei muito interessante esse olhar da secretária, que conseguiu unir o administrativo ao pedagógico”, contou Luciana Norberto, assistente de direção formada pelo ENP!. Tanto a equipe da secretaria quanto as professoras tiveram a oportunidade de fazer a visita e conhecer a realidade do local, o que contribuiu para engajar as educadoras na temática migratória.

Foto: Alice Vergueiro/ Repórter Brasil



Coordenadora pedagógica da escola realiza palestra para sensibilizar familiares sobre direitos migratórios  
CEI Maria Henriqueta Catite

Foto: Alice Vergueiro/ Repórter Brasil



Mãe e filho participam de oficina de confecção de bonecas abayomi.  
CEI Maria Henriqueta Catite



Atividade formativa com a equipe da secretaria  
EMEI Prof<sup>a</sup>. Odilea Botta de Mattos



Para abordar a temática da migração com as famílias, a escola organizou um espaço de exposição dos materiais do ENP! disponíveis para empréstimo, enquanto para as crianças a aproximação com o tema seu deu de maneira mais lúdica por meio de uma peça teatral apresentada pelos estudantes mais velhos de outra escola, a EMEF Olegário Mariano.

Por fim, a EMEI Odileia inseriu a temática do acolhimento ao público migrante no Projeto Político Pedagógico (PPP) para comunicar aos novos professores as prioridades da escola e, ao mesmo tempo, formalizar o compromisso da gestão com o tema e orientar as práticas educacionais.



Empréstimo de materiais sobre trabalho escravo e migração à comunidade  
EMEI Prof<sup>a</sup>. Odileia Botta de Mattos

## 4.4 ABORDAGENS DIDÁTICAS EM SALA DE AULA

- **EMEF Des. Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz, Jardim da Pedreira, Zona Sul (DRE Santo Amaro)**

No bairro de Santo Amaro, na zona sul da cidade, a EMEF Des. Manoel Carlos atende um total de 972 estudantes. Por ser uma região com baixa concentração de residentes migrantes, o número de estudantes matriculados de fora do país não é expressivo. Entretanto, por considerar que os impactos da imigração repercutem em todo município e que a temática está presente no Currículo da Cidade, a coordenadora pedagógica compartilhou as informações e os materiais da formação do ENP! com 28 professores no início de 2019, durante os horários coletivos de estudo. Desta formação, surgiram ideias que foram colocadas em prática na sala de aula.

Os professores de diferentes disciplinas abordaram a temática do projeto adequada aos seus respectivos currículos obrigatórios e se juntaram para executar uma atividade pedagógica: a elaboração de um “livro de dobras”, material em formato de *folder*, com informações gráficas sobre a origem familiar dos estudantes. Na aula de história, o debate em sala perpassou a migração dos povos hebreus até a compreensão do fenômeno migratório na atualidade, quando foi proposta a elaboração de um questionário para levantar as origens de migração dos familiares da turma do 6º ano. Já na aula de matemática, as informações sobre o histórico de migração interna dos familiares da turma foram transformadas em números e gráficos. Com os resultados da pesquisa, cada estudante construiu seu próprio “livro de dobras”, com os dados de toda a turma.



“Livro de dobras” exposto na Mostra Cultural da escola  
EMEF Des. Manoel Carlos de Figueiredo Ferraz

Os docentes ressaltaram que, para além dos dados numéricos, foi feito um exercício para conhecer o motivo de as famílias terem partido de suas cidades e virem a São Paulo. Na mesma toada, a professora de geografia desenvolveu com o 9º ano a temática da migração como direito humano. Após rodas de conversa e apresentação de vídeos e reportagens que chamavam atenção para as condições de vida e trabalho dos migrantes, foi proposto aos estudantes desta turma a elaboração de gibis e cartazes, como uma forma de consolidar seus conhecimentos no tema.

## 4.5 EDUCAÇÃO EM LIBRAS

- **EMEBS Prof. Mário Pereira Bicudo, Jardim Centenário, Zona Norte (DRE Freguesia do Ó/ Brasilândia)**

Abordar a temática sobre trabalho escravo contemporâneo em sala de aula não é simples. No caso de escolas de Educação Bilíngue para Surdos, em que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é ensinada como primeira língua e o português como segunda, o desafio é maior pela ausência de materiais adaptados sobre o tema.

A EMEBS Mario Pereira é uma das seis escolas do município que oferta o ensino em Libras aos estudantes surdos e com outras deficiências associadas à surdes, além dos surdocegos. Na prática pedagógica deste tipo de educação bilíngue é frequente o uso de recursos visuais no processo de ensino-aprendizagem.

Por isso, a coordenadora pedagógica entrou em sala e apresentou o vídeo do ENPI, “Depoimento de um trabalhador escravo”, para a turma do ensino fundamental II, contando com o apoio de um dos estudantes para fazer a tradução da legenda em português para Libras.

Como o vídeo supracitado traz o relato de um trabalhador rural, foi proposta aos estudantes a elaboração de uma história de trabalho escravo urbano. Eles escreveram um roteiro sobre a condição de trabalho degradante nas oficinas de costuras e produziram um vídeo, gravado em preto e branco e sem legendas em português, que foi apresentado para os 80 estudantes da escola.



*Tradução em Libras do vídeo do ENPI! “Depoimento de um trabalhador escravo”*

*EMEBS Prof. Mário Pereira Bicudo*



*Cenas do vídeo Trabalho escravo contemporâneo,*

*produzido pelos estudantes*

*EMEBS Prof. Mário Pereira Bicudo*

## 4.6 ATENDIMENTO SOCIAL NA ESCOLA

- **EMEF Dr. Fábio da Silva Prado, Mooca, Zona Leste (DRE Penha)**
- **CRAS Mooca**

Muitos educadores desconhecem os serviços oferecidos pela rede de assistência social, por isso perdem a chance de encaminharem demandas de familiares dos estudantes que são apresentadas na escola, mas que extrapolam o escopo pedagógico.

Por realizar o trabalho formativo com os equipamentos da Assistência Social e da Educação, a equipe ENPI sugeriu a realização de uma reunião entre as coordenações da EMEF Fábio Prado e do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) da Mooca, localizadas no mesmo território. Dessa reunião, surgiu a ideia de uma atividade conjunta. A equipe do CRAS fez uma oficina para professores, com objetivo de apresentar o funcionamento da unidade e de contar sobre os serviços e programas ofertados aos usuários.

A segunda ação conjunta foi o Dia da Diversidade Cultural, evento aberto à comunidade promovido pela escola em setembro de 2019, que envolveu um público maior e teve a participação do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), serviço público ligado à prefeitura e criado em 2014, especificamente para o atendimento a migrantes em São Paulo.

Na ocasião, o CRAS e o CRAI disponibilizaram o atendimento para as famílias, as quais puderam apresentar suas demandas relacionadas a programas de transferência de renda e regularização migratória. Neste dia, o CRAI também fez uma palestra sobre migração e trabalho escravo para a comunidade e houve exposições e apresentações de trabalhos dos estudantes sobre essas temáticas.

O evento representou mais um passo de articulação entre equipamentos públicos em prol do atendimento das demandas das famílias migrantes.

*“O número de atendimentos realizados [durante o Dia da Diversidade Cultural] e a quantidade pessoas que circularam pela escola neste dia nos fez perceber a importância desse trabalho continuar.”*

**TATIANA SZNICK,**  
Coordenadora da EMEF Fábio Prado



*Abertura do Dia da Diversidade Cultural*  
EMEF Fábio Prado

Foto: Alice Vergueiro/ Repórter Brasil



*Mãe de estudante tira suas dúvidas em atendimento disponibilizado à comunidade*  
EMEF Fábio Prado

Foto: Alice Vergueiro/ Repórter Brasil



*CRAI e CRAS atendem famílias imigrantes no espaço escolar*  
EMEF Fábio Prado

Foto: Alice Vergueiro/ Repórter Brasil

# EXPERIÊNCIAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O ENP! formou profissionais de diferentes unidades da rede socioassistencial. Tanto servidores públicos dos CRAS e CREAS quanto profissionais dos serviços especializados participaram do processo formativo e compartilharam com suas equipes o aprendizado em seus locais de atuação. Nas próximas páginas, destacamos as principais ações implementadas pelas diferentes unidades.

## 5.1 MOBILIZAÇÃO DA REDE TERRITORIAL

- **CRAS Casa Verde, Zona Norte (SAS Casa Verde/Cachoeirinha)**
- **CRAS Cachoeirinha, Zona Norte (SAS Casa Verde/Cachoeirinha)**

Os CRAS Casa Verde e Cachoeirinha estão localizados em territórios que concentram grande número de migrantes, sobretudo bolivianos. A fim de qualificar o atendimento a esse público, as profissionais da unidade, participantes da formação ENP!, buscaram compartilhar informações e materiais relacionados à temática migratória e do trabalho escravo com a rede socioassistencial instalada no território.

Por ser referência na temática, os CRAS convidaram o CRAI para uma roda de conversa organizada para formação dos serviços especializados. Compareceram ao encontro 29 profissionais de suas equipes e, além deles, escolas, postos de saúde e conselho tutelar da região também foram convidados.

A participação do CRAI possibilitou aos serviços estabelecerem um primeiro contato com a instituição para o caso de demandas relacionadas ao trabalho escravo e aos direitos de migração. Iniciativas deste tipo contribuem para a melhoria do atendimento ao público migrante e também para que a abordagem da temática entre os profissionais da assistência social se tornasse prática rotineira da instituição.



*Encontro com CRAI na sede da Supervisão de Assistência Social (SAS) da Casa Verde*

## 5.2 MAPEAMENTO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO MIGRANTE

- **CRAS Cidade Tiradentes, Zona Leste (SAS Cidade Tiradentes)**
- **CREAS Cidade Tiradentes, Zona Leste (SAS Cidade Tiradentes)**

É preciso conhecer para ser capaz de intervir na realidade. Com esta máxima, as representantes do CRAS e do CREAS da Cidade Tiradentes, distrito situado no extremo leste do município, decidiram aplicar um questionário para identificar as características da população migrante que acessa os serviços socioassistenciais do território. Perguntas como a nacionalidade dos migrantes, a frequência de acesso, as principais demandas e os desafios enfrentados pelos profissionais no contato com essa população fizeram parte do levantamento.

A sistematização da pesquisa foi apresentada em um encontro formativo com as equipes técnicas de CRAS, CREAS e serviços especializados da Cidade Tiradentes. Neste dia, o CRAI foi convidado para fazer uma fala sobre direitos migratórios.

Ao identificar as demandas no atendimento e investir na formação de seus profissionais, a rede de proteção ao trabalhador migrante e à sua família é fortalecida.

## 5.3 ENGAJAMENTO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

- Espaço de Convivência Núcleo Boracéia, Zona Oeste (SAS Sé)
- CCInter de Perus, Zona Norte (SAS Perus)
- CCA Vista Alegre, Zona Norte, (SAS Freguesia do Ó/ Brasilândia)

Os serviços especializados da Assistência Social são as unidades que desenvolvem trabalhos de acolhimento, convívio, educação e proteção de direitos para a população vulnerável. Portanto, são espaços estratégicos de assistência ao público que inclui os migrantes.

Sendo assim, ao longo do primeiro semestre de 2019, os profissionais dos serviços especializados que participaram das formações ENP! organizaram encontros formativos com suas equipes internas, os quais foram pautados por metodologias que variaram de acordo com o público e com função de cada unidade socioassistencial.

Parcerias com o CRAS, rodas de conversas, jogos e distribuições de panfleto foram algumas das estratégias usadas para compartilhar informações sobre direitos migratórios e trabalho escravo contemporâneo. O Espaço de Convivência Núcleo Boracéia, que faz parte de um complexo composto por seis centros de acolhida, distribuiu *folders* informativos sobre trabalho escravo a todos os profissionais. Já o Centro para Crianças e Adolescentes Vista Alegre, local de convivência para o público infante-juvenil, disseminou a temática por meio do jogo de tabuleiro Escravo, nem pensar!. E, por fim, o CCInter de Perus se juntou com o CRAS da região para apresentar as referências a respeito do conteúdo da formação.

Profissionais informados a respeito dos direitos da população migrante no Brasil, aptos a orientar os migrantes sobre procedimentos de regularização migratória e capazes de identificar situações de trabalho escravo, podem se tornar agentes de prevenção desta violação de direitos humanos.



*Jogo como objeto de aprendizagem da equipe Centro para Crianças e Adolescentes*



*Equipe técnica tem contato pela primeira vez com a temática do trabalho escravo*


CCInter de Perus

## 5.4 INCLUSÃO DA MARCAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO NO SISTEMA DE ATENDIMENTO

- Observatório de Políticas Sociais da SMADS

Nos relatórios de atendimento elaborados pelos CRAS e CREAS, há opções para que os atendentes classifiquem o tipo de demanda ou problema apresentados pelos usuários das unidades. Opções como “violência doméstica”, “trabalho infantil” ou “busca por programa de transferência de renda” são algumas das categorias de classificação. Dentre elas, não havia nenhuma opção relacionada ao trabalho escravo. Ainda que seja incomum que um usuário se apresente aos CRAS e CREAS informando que foi vítima de trabalho escravo, a ausência da categoria representava uma lacuna na captação de informação, pois os eventuais casos não seriam devidamente classificados. O resultado era a invisibilidade do problema na rede socioassistencial.

Por isso, a equipe do ENP! fez uma reunião técnica com a Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais, o setor responsável pela gestão de informação, para apresentar a proposta de inserção dessa temática no sistema. Em 2017, então, a categoria “resgate do trabalho escravo” foi criada. Com ela, atendimentos a trabalhadores resgatados serão registrados de acordo com essa especificação, fornecendo subsídios para formulações de novas políticas públicas.



## EXPERIÊNCIAS DE ARTICULAÇÃO TERRITORIAL

Ao longo dos processos formativos desenvolvidos com a Assistência Social e com a Educação, a equipe do ENP! percebeu que, não raro, os serviços de um mesmo território e que atendem a mesma população não são articulados ou sequer se conhecem.

Por outro lado, a equipe também percebeu em alguns territórios, como o de Perus, a abertura e a possibilidade de criar vínculos entre as escolas e as unidades socioassistenciais. Seus profissionais demonstraram ao longo das formações a disposição de promoverem atendimentos mais inclusivos, atentos às questões migratórias e ao direito do trabalho. Para isso, sentiram a necessidade de se aprofundarem sobre essas temáticas com organizações especializadas, como o CRAI e a própria Repórter Brasil. Nesse sentido, perceberam que as demandas dos seus usuários, muitas vezes, extrapolam seu escopo e suas capacidades institucionais e, por isso, a articulação entre áreas é premente e profícua.

Portanto, o ENP! tem fomentado a articulação entre serviços públicos para potencializar a prevenção ao trabalho escravo e oferecer um atendimento mais completo e efetivo às comunidades que fazem uso deles. Nas linhas que seguem, apresentamos a experiência interinstitucional desenvolvida no distrito de Perus.

### 6.1 ATIVAÇÃO DE REDE LOCAL

Em maio de 2018, foi iniciada uma articulação por parte da Repórter Brasil entre o Cieja Perus I (Centro de Integração de Educação de Jovens e Adultos Perus I); CRAS e CREAS do território de Perus e o CRAI. O Cieja é uma escola administrada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Paulo, que atende a população jovem e adulta. Em 2016, o seu corpo docente foi formado pela equipe do programa *Escravo, nem pensar!*, no contexto do projeto *Migração como um Direito Humano: Rompendo o vínculo com o trabalho escravo*, em parceria com a SME. À época, a escola contava com quatro estudantes haitianos; passados dois anos, a escola hoje tem matriculados mais de 500 imigrantes do Haiti.

Diante desse contexto e com o conhecimento adquirido pela formação do ENP!, a gestão dedicou um plano pedagógico para essa população. A partir daí, começaram a receber demandas por parte dessa população relacionadas ao atendimento da área de Assistência Social, o que extravasava o escopo de sua competência institucional. O ENP! durante todo esse período monitorou as atividades e a realidade dessa escola e, a partir disso, organizou uma reunião entre as gestões do Cieja Perus I, CRAS, CREAS e CRAI para uma conversa inicial, em que essas organizações pudessem se apresentar e falar sobre o escopo de atuação e o tipo de atendimento que realizam. As entidades perceberam que as ações eram complementares e que esse atendimento cotidiano poderia ser potencializado, qualificando a assistência que Educação e Assistência Social ofertam para a comunidade haitiana.

Assim, a Repórter Brasil indicou a realização de um mutirão de atendimento à população haitiana como forma de reunir numa atividade as principais ações de cada uma das entidades dessa articulação. Esse mutirão foi sediado no Cieja por ser o local de referência da comunidade haitiana. Além de estudarem lá, os haitianos tem nesse espaço um ponto de sociabilidade importante. (Saiba mais sobre o mutirão nas páginas seguintes).

Organizado em 29 de novembro de 2018, o mutirão contou com as diversas atividades como oficinas, palestras, mostras de filmes e atendimentos sociais. Na ocasião foi servido um almoço coletivo, preparado pelos haitianos, com comida típica do seu país.

Além do atendimento de dezenas de imigrantes, a ação resultou no estreitamento das relações institucionais entre as entidades. Assim, uma nova rede de atores foi criada localmente. A busca por atendimento no mutirão superou as expectativas das entidades envolvidas e foi necessário abrir uma nova sessão de atendimento. Com essas ações, 97 pessoas foram atendidas por parte do CRAS e CREAS.



Foto: Jéssica Stuque/Repórter Brasil

Triagem para encaminhamento aos serviços  
prestados durante o mutirão

Cieja Perus I

A ação reverberou nas instâncias de gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, que se mostrou interessada em apoiar institucionalmente a ação. Ademais, para o ENPI, esse processo de articulação gerou a criação de uma nova metodologia para formação de rede entre atores de distintas áreas, o que torna a ação potencialmente replicável.



Foto: Jéssica Stuque/Repórter Brasil

Comunidade haitiana aguardando atendimento

Cieja Perus I

*“Isoladamente nós conseguimos muito pouco, nessa junção, nessa parceria, todos crescemos.”*

**ROSA MARIA TELIS,**  
Supervisora da Assistência Social de Perus.

*“O CRAS, o CRAI e o CREAS também nos auxiliam porque muitas das demandas dos estudantes haitianos não estão no escopo pedagógico.”*

**SHEILA COELHO,**  
Coordenadora pedagógica do CIEJA Perus I.

*“Essa experiência de atuação em conjunto com a Repórter Brasil com foco em articulação da rede sócioassistencial e educacional foi de grande aprendizado para o trabalho do CRAI. Diante da complexidade das demandas da população imigrante, a atuação em rede no território mostra-se como a forma mais eficaz de um atendimento abrangente e humanizado. Consideramos que o mutirão, assim como as reuniões de articulação e as formações, são exemplos de melhores práticas a serem seguidas.”*

**SÁVIA CORDEIRO,**  
Coordenadora do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI/SP).



## AUDIOVISUAL

COMO PARTE DO PROJETO, O PROGRAMA ESCRAVO, NEM PENSAR! ELABOROU OS VÍDEOS:

### MINI-DOCUMENTÁRIO HAITIANOS:

#### ACESSO A DIREITOS EM SÃO PAULO (SP)

Em novembro de 2018 foi realizado o mutirão para atendimento social à comunidade haitiana matriculada no CIEJA Perus I (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos Perus I). A ação é resultado da rede local articulada pela Repórter Brasil (programa Escravo, nem pensar!) e formada pelo CIEJA, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Perus, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Perus e Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) e pela própria Repórter Brasil.

**Direção:** Natália Suzuki e Thiago Casteli

**Produção e roteiro:** Thiago Casteli

**Filmagem e edição:** Jéssica Staque

**Tempo:** 3min51

#### ANIMAÇÃO À ESPERA

Após a prisão política do marido em Angola, Angelina foge para o Brasil com seus dois filhos pequenos. Deixa para trás tudo o que construiu durante sua vida e chega a São Paulo, onde irá enfrentar dificuldades e, ao mesmo tempo, juntar forças para recomeçar.

**Roteiro:** Natália Suzuki e Rodrigo Teruel

**Direção e ilustrações:** Marcita.com

**Animação:** Felipe Pelisser e Helena Kampen

**Locução:** Jéssica Areias

**Efeitos sonoros e trilha original:** Vitor Moreira

**Tempo:** 2min54



## REDE ENP! DE PREVENÇÃO AO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

As atividades educacionais do ENP! já alcançaram 465 municípios em onze estados brasileiros e beneficiaram mais de 1,3 milhão de pessoas.



Os estados onde o ENP! atuou:

- \* BAHIA
- \* CEARÁ
- \* GOIÁS
- \* MARANHÃO
- \* MINAS GERAIS
- \* MATO GROSSO
- \* PARÁ
- \* PIAUÍ
- \* SÃO PAULO
- \* RIO DE JANEIRO
- \* TOCANTINS



## SAIBA MAIS SOBRE TRABALHO ESCRAVO



**SITE ENP!**

[www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)



**YOUTUBE**

[/EscravoNemPensar](https://www.youtube.com/EscravoNemPensar)



**LIVRO DIGITAL ENP!**

[www.escravonempensar.org.br/livro](http://www.escravonempensar.org.br/livro)



**FACEBOOK**

[/escravonempensar](https://www.facebook.com/escravonempensar)



**INSTAGRAM**

[@escravonempensar](https://www.instagram.com/escravonempensar)



**AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA REPÓRTER BRASIL**

[www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br)



Nas duas últimas décadas, os casos de trabalho escravo no município de São Paulo, cujas vítimas são imigrantes, têm sido recorrentes. Diante desse contexto, a ONG Repórter Brasil e as Secretarias Municipais de Educação e Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo desenvolveram o projeto *Escravo, nem pensar!* - *Direito do migrante e prevenção ao trabalho escravo e infantil* para formar educadores e profissionais da Assistência Social. O objetivo foi ampliar ações de prevenção ao trabalho escravo e outras violações que possam acometer as populações de imigrantes.

Este caderno apresenta as principais experiências desenvolvidas nas redes municipais de Educação e Assistência Social ao longo dos anos de 2018 e 2019.

#### Realização



ESCRAVO,  
NEM PENSAR!



REPÓRTER  
BRASIL



PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
ASSISTÊNCIA E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

#### Parceria

COMISSÃO MUNICIPAL  
PARA A ERRADICAÇÃO  
DO TRABALHO ESCRAVO/SP

#### Apoio

Laudes —  
Foundation